

ECONOMIA

POLÍTICA ECONÔMICA

Governo retira do mercado R\$ 13,850 bilhões em títulos públicos, resultando na queda de apenas R\$ 2,170 bilhões no endividamento. Gasto com a correção dos papéis chegou a R\$ 11,680 bilhões

Juros impedem queda da dívida

RICARDO ALLAN

DA EQUIPE DO CORREIO

A dívida interna do governo federal caiu 0,21% em julho, principalmente porque o Tesouro Nacional retirou do mercado um total de R\$ 13,850 bilhões em títulos públicos. Mesmo com o resgate de papéis que venceram ao longo do mês, o estoque diminuiu apenas R\$ 2,170 bilhões. Poderia ter caído mais se não fosse o grande volume de juros incorporados ao principal, num valor que chegou a R\$ 11,680 bilhões. De acordo com os números divulgados ontem, a dívida fechou o mês passado em R\$ 1,014 trilhão.

Segundo o coordenador de

Operações da Dívida Pública, Manuel Augusto Silva, as condições de mercado melhoraram depois das fortes turbulências de maio e junho relacionadas às incertezas na economia dos Estados Unidos. "O cenário doméstico está mais positivo e garantiu uma redução consistente das taxas de juros e um ambiente mais favorável à gestão da dívida", afirmou. Para ele, três fatores contribuíram para essa melhora: inflação em queda, risco-país baixo e bons resultados nas contas externas.

O Tesouro tem verificado que, passado o pior momento do nervosismo nos mercados, os investidores estrangeiros estão voltando a se interessar por títulos bra-

sileiros de prazo mais longo. Depois de o governo suspender os leilões de NTN-B, papel atrelado à inflação com vencimento até 2045, voltou a ofertá-lo em junho, vendendo apenas R\$ 376 milhões. Em julho, com a calma, emitiu R\$ 1,4 bilhão. Neste mês, o Tesouro já vendeu R\$ 1 bilhão e vai fazer outro leilão, na semana que vem.

Estrangeiros

A NTN-B é o papel preferido dos investidores estrangeiros, mais interessados em aplicações de longo prazo. Como se trata de um título novo, o Tesouro adotou a estratégia de não forçar o mercado a comprá-lo. Por isso, suspendeu os leilões no momento em

que a demanda desapareceu. A retomada do interesse agora é sinal de que a volatilidade do mercado diminuiu. Segundo números da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) citados pelo coordenador, os estrangeiros mantêm investimentos de R\$ 23 bilhões.

A composição da dívida piorou um pouco em julho, mas ainda está dentro dos limites estimados no Plano Anual de Financiamento (PAF). O Tesouro fez um resgate líquido (resgate maior do que emissão) de R\$ 15,5 bilhões de papéis prefixados, que têm juros determinados no momento da venda, e uma emissão líquida de R\$ 2,2 bilhões em títulos pós-fixados, atrelados à taxa básica de juros, a Selic. Por isso, a participa-

ção dos prefixados caiu de 31,5% do total para 30,4%, enquanto a parcela dos pós-fixados subiu de 42,5% para 43,2%.

Esse movimento foi contrário aos planos do governo, que quer aumentar a participação de prefixados e reduzir a de pós, dando mais previsibilidade aos pagamentos da dívida. O prazo médio cresceu um pouco, de 29,22 meses para 29,95, mas ainda é muito curto — o PAF prevê que o prazo feche o ano entre 30 e 35 meses. A parcela da dívida que vencer no curto prazo (até 12 meses), considerada um importante indicador da capacidade de pagamento do país, é de 41,20%. O percentual é considerado ruim pelas agências de classificação de risco.

ESTABILIDADE

Trajatória da dívida federal interna

2005	Em R\$ bilhões
Julho	915,67
Agosto	920,79
Outubro	937,34
Novembro	959,50
Dezembro	979,66
2006	
Janeiro	984,93
Fevereiro	1.010,20
Março	1.021,22
Abril	1.002,78
Maior	999,10
Junho	1.016,10
Julho	1.013,93

Fontes: Banco Central e Secretaria do Tesouro Nacional